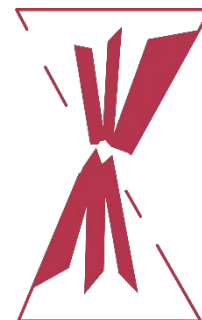


O orientalismo como prática discursiva hegemônica no auge da expansão europeia

Orientalism as a hegemonic discursive practice in the wake of european expansion



ARRUDA, Lucas Pereira*

RESUMO: Neste artigo, por meio de revisão bibliográfica, discuto a visão de alguns romancistas, intelectuais, acadêmicos e políticos ingleses acerca dos povos nativos das colônias inglesas no final do século XIX. A partir da perspectiva pós-colonial de Edward Said, pretendo revisitar discursos, artigos e a literatura europeia de forma a entender como os agentes coloniais europeus pensavam para agir de acordo com seus interesses expansionistas e coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: colonialismo; discurso; literatura; orientalismo.

ABSTRACT: In this article, through literature review, I discuss the view of some English novelists, intellectuals, academics, and politicians about the native peoples of English colonials in the late 19th century. From Edward Said's postcolonial perspective, I intend to revisit discourses, articles, and European literature to understand how European colonial agents thought to act in accordance with their expansionist and colonial interests.

KEYWORDS: colonialism; discourse; literature; orientalism.

Recebido em: 12/07/2019
Aprovado em: 24/09/2019

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, estado do Paraná (PR), Brasil. Mestrando em Ciências Sociais pela UEM. Professor da rede privada no Colégio São Marcos. E-mail: lucas_p_arruda@hotmail.com.

Introdução

Os preconceitos são construções do pensamento, que avaliam, classificam e predispõem os indivíduos a pensar de determinada forma, porque são assimilados de maneira inconsciente. Aprendemos esses esquemas por meio da linguagem, valores e ideias que nos são ensinados desde a infância. Quando olhamos o mundo a nossa volta, aplicamos esses preconceitos internalizados à nossa capacidade reflexiva e assim classificamos os seres humanos, fatos e relações sociais a partir dessa ótica distorcida, fazendo com que o pensamento que orienta nossas ações seja concebido a partir de uma pré-noção ou um pré-conceito.

Durante o processo de expansão colonial inglesa para os mais longínquos cantos do planeta, criando aquilo que teóricos como Wallerstein (1974) e Ferguson (2016) chamaram de sistema-mundo, os ingleses agiram através de conceitos pré-concebidos sobre o que e como eram os povos desses respectivos lugares desconhecidos. Classificando os nativos como selvagens, primitivos e sem história, os ingleses impuseram sua forma de trabalho, suas escolas e suas formas de classificação - como gênero e raça - a esses povos, tentando educá-los à forma ocidental.

Essa forma preconceituosa de enxergar a realidade foi construída e disseminada durante décadas de reprodução desses estereótipos na cultura inglesa. O intelectual palestino Edward Said nos mostra como elementos centrais da cultura ocidental, como “[...] o romance vitoriano, a historiografia francesa, a ópera italiana, ou a metafísica alemã [...]” (SAID, 2011, p. 38) foram influenciados pelo preconceito europeu, assim como de que forma contribuíram para a disseminação de representações pejorativas contra os povos colonizados, de forma a legitimar a expansão dos impérios. Segundo Said (2011), esse foi um dos meios pelo qual se espalharam preconceitos e ódio, que até hoje embasam o pensamento e a reflexão das pessoas no senso comum, contra africanos, indianos e asiáticos.

É de fundamental importância compreender a mentalidade daqueles que exerceram cargos e posições que lhes deram legitimidade para criar e reproduzir representações preconceituosas e odiosas contra os nativos, a exemplo de primeiros-ministros, grandes empresários, professores universitários, romancistas e críticos sociais influentes. Longe de dizer que estes são os criadores efetivos dos discursos, podemos levar em consideração que a fala de indivíduos que ocupam posições de prestígio na sociedade inglesa do período são ouvidas, lidas e assimiladas por muitas pessoas. Indivíduos como Benjamin Disraeli, Charles Trevelyan, Cecil Rhodes, Thomas

Carlyle, John Stuart Mill e John Ruskin foram políticos, empresários, professores e filósofos influentes durante a era do imperialismo inglês.

Análise do discurso

Benjamin Disraeli foi um político e escritor britânico que, segundo Hannah Arendt (2013), foi responsável pela reestruturação do partido conservador durante os anos de 1860 e pela compra das ações egípcias do Canal de Suez. As ações do canal de Suez foram oferecidas ao governo inglês graças às informações de Henry Oppenheim, que havia tomado conhecimento de que o quediwa do Egito estava ansioso por vendê-las. “A venda foi realizada com o auxílio de um empréstimo de 4 milhões de libras esterlinas concedidas por Lionel Rothschild” (ARENDR, 2013, p. 79). Foi também em seu governo que a Rainha Vitória se tornou imperatriz da Índia. Seu discurso no Palácio de Cristal em 1872 é considerado por Schumpeter (1961) e Said (2011) como o início do imperialismo agressivo como lema da política externa inglesa. O conceito de raça superior foi introduzido no pensamento de Disraeli através de suas origens semitas e foi usado para todos os ingleses após ele ter se tornado primeiro-ministro britânico. Para Disraeli, “[...] nos direitos dos ingleses existia algo melhor que os Direitos do Homem [...]” (ARENDR, 2013, p. 162). Podemos perceber suas concepções sobre superioridade racial quando afirmou ser parte de uma “raça pura – a aristocracia da natureza” (DISRAELI, 1929, p. 210 *apud* ARENDR, 2013, p. 165) e que “[...] o grande homem é a personificação da raça, seu exemplar seletivo” (DISRAELI, 1929, p. 201 *apud* ARENDR, 2013, p. 165). Disraeli também foi escritor de oito romances em vida. Em seu romance *Tancredo*, por exemplo, afirma-se que “[...] os árabes não passam de judeus a cavalo, e todos são orientais de coração [...]” (DISRAELI, 1960, p. 59 *apud* SAID, 1990, p. 75). Ou seja, um homem do poder que através de uma manifestação artístico-cultural – o romance - cria uma narrativa onde se representa e essencializa o nativo árabe de uma forma preconceituosa.

Outro político inglês envolvido com a dominação ultramarina foi Charles Trevelyan, que trabalhou no governo colonial da Índia e foi um defensor da imposição do sistema de ensino britânico aos indianos. Segundo a escritora Gauri Viswanathan, em *The Masks of Conquest* (1989), o sistema de ensino britânico na Índia teve como função “[...] a pacificação e a reforma ideológica de uma população indiana potencialmente rebelde [...]” (VISWANATHAN, 1989, p. 21, tradução nossa).¹ Sobre o sistema de ensino britânico aplicado à Índia Charles Trevelyan diz que o ensino vai “[...] despertar os

¹ [No original] “The pacification and ideological reform of a potentially rebellious Indian population” (VISWANATHAN, 1989, p. 21)

súditos coloniais para a lembrança de seu caráter inato, corrupto [...]” (TREVELYAN, 1950, p. 55 *apud* VISWANATHAN, 1989, p. 132, tradução nossa)² como acreditava ser a essência indiana. Estariam assim os ingleses mostrando sua superioridade e legitimando a dominação. Sua missão seria ensinar aos seres “inferiores” como serem melhores através de sua ocidentalização. “No sistema pedagógico concebido para a Índia, os alunos aprendiam não só a literatura inglesa, como também a superioridade intrínseca da raça inglesa” (SAID, 2011, p. 173).

“A expansão é tudo” (RHODES, 1933, p. 138 *apud* ARENDT, 2013, p. 121), disse Cecil Rhodes, deprimido ao ver no céu “[...] essas estrelas [...] esses vastos mundos que nunca poderemos atingir. Se eu pudesse, anexaria os planetas”. (RHODES, 1933, p. 138 *apud* ARENDT, 2013, p. 121). Segundo Guilherme da Fonseca, no livro *A África do Sul e o sistema-mundo* (2011), Cecil Rhodes foi um grande empreendedor imperialista, responsável pela fundação das companhias de exploração de minérios *De Beers Mining Company*, em 1880, que explorou diamantes e ouro nos territórios da Rhodesia do Sul e do Norte (países fundados por ele), nos territórios hoje conhecidos como Zimbábue e Zâmbia, como também a *British South África Company* que explorou metais preciosos na África do Sul. Foi também primeiro-ministro da colônia do Cabo, descrito como o mais poderoso agente do imperialismo britânico no final do século XIX. Dizia ele “[...] que seu comércio é o mundo e sua vida é o mundo”. (RHODES, 1933, p. 233 *apud* ARENDT, 2013, p. 126) e que, portanto, aqueles comprometidos com o comércio deveriam “[...] cuidar das questões de expansão e de retenção do mundo”. (RHODES *apud* ARENDT, 2013, p. 126). Em 1902 disse:

Eu afirmo que nós somos a primeira raça no mundo e que, quanto mais mundo nós habitarmos, melhor será para a raça humana. Eu afirmo que cada acre que adicionarmos ao nosso território significa mais nascimentos na raça britânica os quais, de outra forma, não viriam a acontecer. Se Deus existe, penso que ele quereria que eu pintasse a maior parte possível de África com o vermelho britânico. (RHODES, 1934, p. 215 *apud* FONSECA, 2011, p. 130).

Em 1895, Rhodes disse ao jornalista Stead:

Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão! pão!, e ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo ... A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os

² [No original] “Awaken colonial subjects to the memory of their innate, corrupt character” (TREVELYAN *apud* VISWANATHAN, 1989, p. 132).

produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas. (RHODES, 1895, p. 304 *apud* LENIN, 2011, p. 204).

Rhodes deixa bem claro que o empreendimento imperial é de vital importância para a vida interna britânica, assim como ao destino da raça inglesa. Sem ele não haveria riqueza, nem para onde exportar o excedente populacional indesejado, não existiria lugar onde se plantaria algodão para a indústria têxtil britânica, assim como não haveria para onde expandir os produtos industriais britânicos.

Esse pensamento também é endossado por John Stuart Mill, conhecido filósofo que, para além de suas teses liberais, defendeu a liberdade da mulher na obra *The Subjection of Women* (1984). Contudo, Mill não tinha tamanha empatia pelos colonos. No livro *Princípios da Economia Política*, escreveu:

Estas [nossas remotas possessões] dificilmente podem ser consideradas como países, [...] mas mais propriamente como remotas propriedades agrícolas ou manufatureiras pertencentes a uma comunidade maior. Nossas colônias nas Índias Ocidentais, por exemplo, não podem ser consideradas como países com um capital produtivo próprio [...] [sendo antes] o local onde a Inglaterra acha conveniente efetuar a produção de açúcar, café e algumas outras mercadorias tropicais. Todo o capital empregado é capital inglês; quase toda a indústria é voltada para uso inglês; pouca coisa se produz além de gêneros de primeira necessidade, e estes são enviados para a Inglaterra, não para serem trocados por coisas exportadas para a colônia e consumidas por seus habitantes, mas para serem vendidos na Inglaterra para o benefício dos proprietários lá. O comércio com as Índias Ocidentais dificilmente pode ser considerado um comércio exterior, lembrando mais o intercâmbio entre campo e cidade. (MILL, 1988, p. 42).

Mill é enfático ao dar um caráter de território totalmente dependente e subordinado às colônias. Não há nenhuma menção aos nativos que por lá vivem, apenas aos proprietários ingleses. Terra que existe distante, mas que está lá para ser encontrada, explorada e submetida aos interesses dos ingleses. As colônias não são consideradas mais que fazendas pertencentes a algum fidalgo ou aristocrata.

O professor, historiador e romancista Thomas Carlyle, por sua vez, em seu artigo *Discurso de ocasião sobre a questão negra*, discute qual a função das colônias, dos britânicos e dos negros. Carlyle é muito claro quando considera que as colônias existem para serem exploradas por aqueles cuja missão fora dada por Deus e que a escravização do negro é apenas um instrumento para a realização dessa missão divina, já que aquele, personificado no nome Quashee, se contenta com pouco, pensa pequeno, tendo como única função trabalhar para os grandes senhores brancos. Carlyle escreveu:

Não: os deuses querem, além de abóboras [o vegetal preferido pelos “negros” de Carlyle], que se cultivem especiarias e outros produtos valiosos em suas Índias Ocidentais; isso eles declararam ao criar as Índias Ocidentais — infinitamente mais eles querem: querem que homens trabalhadores ocupem suas Índias Ocidentais, e não um gado indolente de duas pernas, por mais “feliz” que seja com suas abundantes abóboras! Essas duas coisas, podemos ter certeza, foram decididas pelos deuses imortais, e aprovadas em sua Lei Parlamentar eterna: e ambas, mesmo que todos os Paramentos e entidades terrenas se oponham até a morte, serão cumpridas. Quashee, se não ajudar a cultivar as especiarias, voltará a se tornar um escravo (estado este que será um pouco menos vil do que o atual) e com um benéfico açoite, visto que outros métodos não servem, será forçado a trabalhar. (CARLYLE, 1849, p. 670-671, tradução nossa).³

O escritor, professor e crítico social John Ruskin, também discute questões como o futuro da Inglaterra, o papel do inglês e das colônias em uma de suas palestras em Oxford. Seu pensamento reflete muito do que essa pesquisa tentará demonstrar. Ruskin diz:

Há um destino agora possível para nós. [...] Ainda não somos degenerados de raça; uma raça composta pelo melhor sangue setentrional. [...] Professamos uma religião de pura misericórdia, que agora devemos trair, ou aprender a defender, realizando-a plenamente. E temos uma rica herança de honra, a nós transmitida ao longo de mil anos de história nobre, que deveríamos ansiar diariamente em aumentá-la com uma esplêndida avareza, de tal modo que os ingleses, se pecado fosse cobiar a honra, seriam as almas mais pecadoras do mundo. Nos últimos anos, as leis das ciências naturais se abriram a nós [...] e foram-nos dados meios de circulação e comunicação que convertem o mundo habitável num único reino. Um único reino - mas quem há de ser o rei? Não devem existir reis [...] ou vocês, jovens da Inglaterra, de novo farão de seu país um trono soberano de reis; uma ilha coroada, uma fonte de luz, um centro de paz para todo o mundo; senhora do Saber e das Artes [...] fiel serva de princípios consagrados pelo tempo. [...] Conosco agora é reinar ou morrer. [...] E eis o que deve fazer, ou perecer: deve fundar colônias o mais rápido e o mais distante possível, formadas por seus homens mais enérgicos e dignos – tomando cada trecho de fecundas terras despovoadas, ela pode ocupá-las, e lá ensinar esses seus colonos que a principal virtude deles é a fidelidade a seu país, e que o primeiro objetivo deles deve ser expandir o poderio inglês por terra e por mar. [...] Mas para que possam agir assim, ela deve manter sua majestade imaculada; ela deve lhes permitir pensamentos sobre a terra natal de que possam se orgulhar. A Inglaterra que há de ser a senhora de metade do mundo [...] deve se tornar de novo a Inglaterra de outrora, e com toda a beleza – mais: tão feliz, tão protegida e tão pura que em seus céus [...] ela possa representar com justeza cada estrela que aparece no céu, [...] ela deve guiar as artes humanas, e concentrar o conhecimento divino, de nações distantes, transformadas da selvageria em humanidade, e redimidas do desespero para a paz. (RUSKIN, 1905, p. 41, tradução nossa).⁴

³ [No original] “No: the gods wish besides pumpkins [the particular plant favored by Carlyle’s “niggers”], that spices and valuable products be grown in their West Indies; this much they have declared in so making the West Indies:—infinitely more they wish, that industrious men occupy their West Indies, not indolent two-legged cattle however “happy” over their abundant pumpkins! Both these things, we may be assured, the immortal gods have decided upon, passed their eternal Act of Parliament for: and both of them, though all terrestrial Parliaments and entities oppose it to the death, shall be done. Quashee, if he will not help in bringing-out the spices will get himself made a slave again (which state will be a little less ugly than his present one), and with beneficent whip, since other methods avail not, will be compelled to work”. (CARLYLE, 1849, 670-671).

⁴ [No original] “There is a destiny now possible for us. [...] We are not yet degenerate of race; a race made up of the best northern blood. [...] We profess a religion of pure mercy, which we must now betray, or learn to defend by fully realizing it. And we have a rich heritage of honor, handed down to us through a

Segundo sua visão, os ingleses são melhores porque têm uma religião superior, uma moral nobre, um sangue puro, uma tradição honrada. Seu “intelecto superior” fez com que até a sua ciência se mostrasse acima das outras, abrindo e mostrando caminhos para a unificação do mundo sob sua tutela. Seria, então, dever desses “seres superiores” formar colônias em territórios distantes e reinar absolutos em sua convicção. A Inglaterra precisava apresentar sua hegemonia e, para tanto, sua cultura, seu saber e suas artes objetivavam-se à supremacia, inata à alma inglesa. Aqui podemos observar claramente uma ideia de construção de uma cultura preconceituosa e excludente. Deve-se ter uma cultura à altura do empreendimento colonial, é por isso que sua arte depende, para Ruskin, de um imperialismo a ser imposto.

O romance teve um papel central no envolvimento entre cultura e imperialismo, pois disseminou representações que legitimaram o ódio e o preconceito. Isso porque estamos acostumados a ler os romances e outras produções culturais de forma acrítica, sem vinculá-los a seus momentos históricos, nem com o propósito de sua realização.

O romance é a forma literária “[...] mais recente, seu surgimento é o mais datável, sua ocorrência a mais ocidental, seu modelo normativo de autoridade social, o mais estruturado; o imperialismo e o romance se fortaleciam reciprocamente [...]” (SAID, 2011, p. 129). O romance, como disse Said, (2011) faz parte da conquista da sociedade ocidental por obra dos burgueses conquistadores. “Dentro dele se encontram tanto um mecanismo altamente preciso de enredo quanto um sistema inteiro de referência social que depende das instituições existentes da sociedade burguesa, de sua autoridade e poder.” (SAID, 2011, p. 130). “Na década de 1840, o romance inglês havia alcançado seu predomínio como a forma estética por excelência e grande voz intelectual, por assim dizer, na sociedade inglesa.” (SAID, 2011, p. 130). Essa presença do romance, quase que autoritária “[...] deve ser considerado como uma importante filiação cultural, falando domesticamente em

thousand years of noble history, that we should yearn to augment it with splendid avarice, so that the English, if sin were to covet honor, would be souls most sinful in the world. In recent years, the laws of the natural sciences have opened to us and [...] we have been given the means of circulation and communication that make the habitable world a single kingdom. One kingdom - but who is to be king? There must be no kings, or you young people of England will again make your country a sovereign throne of kings; a crowned island, a source of light, a center of peace for all the world; Lady of Knowledge and the Faithful [...] servant of time-honored principles. [...] With us now is to reign or die. [...] And this is what it must do, or perish: it must found colonies as quickly and as far as possible, made up of its most energetic and worthy men - taking every stretch of fertile unpopulated land, it can occupy them, and there to teach these settlers that their chief virtue is faithfulness to their country, and that their first aim must be to expand English power by land and by sea. But in order that they may do so, she must keep her majesty immaculate; she must allow them thoughts about their homeland that they can be proud of. England who is to be the mistress of half the world must [...] become England once again, and in all beauty - more: so happy, so protected and so pure that in her skies. [...] may she rightly represent every star that appears in the sky, [...] she must guide the human arts, and concentrate the divine knowledge, from distant nations, transformed from savagery to humanity, and redeemed from despair to peace” (RUSKIN, 1905, p. 41).

nome do que ocorria na Índia, na África, Irlanda ou Caribe [...]” (SAID, 2011, p. 130). As distorções da realidade provocadas pelo imperialismo foram reescritas nos romances e criaram um consenso na sociedade inglesa sobre quem era o nativo, considerado como um exótico ou estranho. “O romance contribuiu de maneira significativa para tais sentimentos, atitudes e referências” (SAID, 2011, p. 134) e tornou-se um elemento fundamental na visão de mundo dos ingleses.

O Coração das Trevas e a África de Joseph Conrad

Joseph Conrad em seu clássico livro *Coração das Trevas*, publicado em 1902, nos mostra a colonização belga no Congo através de uma rica e complexa trama que nos é contada pela visão de Marlow, a bordo do barco Nellie, em forma de narração aos tripulantes que aguardam o rio Tâmis entrar na correnteza. O principal propósito do livro é retratar o domínio imperialista do europeu branco sobre os africanos e sua civilização de marfim sobre o continente negro. A história se inicia quando o jovem Marlow decide entrar para uma Companhia de Exploração do Comércio Belga para se aventurar através de um grande rio que o havia enfeitiçado logo que observara o mapa da África, rio que ele denominara como serpente. Ele demonstra que desde pequeno teve vontade de se aventurar pelos lugares “vazios” da terra e descobrir seus mais deliciosos mistérios, tendo a possibilidade de se tornar um herói ao adentrar em tais territórios. Contudo, esses territórios já não se encontravam mais vazios, visto que muitas colônias europeias haviam sido fundadas por ali. Duas interpretações diferentes surgem desse trecho: uma que o continente africano “ganhou” vida em decorrência da anexação desses territórios pelas potências europeias (como se não houvesse milhares de grupos humanos vivendo por ali), assim como nos mostra que os negócios do império não eram mais ações isoladas e individuais, mas que na década de 1890, tinham se transformado no império dos negócios.

Marlow então parte num navio francês e chega até o continente africano. A viagem do litoral até seu destino final, a Estação Interior, comandada por um dos agentes mais importantes da companhia, conhecido como Sr. Kurtz, é circundada por um grande suspense em torno do perigo que os espera. Seriam os nativos violentos? A selva os engoliria em seus mistérios? O que tornava Kurtz tão especial?

Passam-se muitas páginas até que a figura da Kurtz apareça diretamente. Até lá são construídas apenas imagens sobre a sua pessoa. São elas: “Um funcionário de primeira classe” (CONRAD, 1984, p. 31), “um homem extraordinário” (CONRAD, 1984, p. 31), “um mensageiro da piedade, ciência, progresso” (CONRAD, 1984, p. 41), “de uma

inteligência superior, profunda compaixão” (CONRAD, 1984, p. 41). Eis a descrição do homem que coordenava a exploração de marfim no entreposto mais avançado no Congo, um homem considerado sem igual, adorado pela companhia e pelos nativos, um homem a ser admirado e a servir como exemplo. Ele sozinho “[...] manda tanto marfim quanto todos os outros entrepostos juntos [...]” (CONRAD, 1984, p. 31). Kurtz é a personificação do homem colonial, disposto a fazer tudo pela missão que a Europa havia lhe atribuído.

Quando Marlow chega ao entreposto de Kurtz, encontra-o muito doente e impossibilitado de realizar suas atividades. Os nativos que ele comandava estavam todos apreensivos, porque aparentemente os nativos o adoravam. Kurtz, por algum motivo, havia conquistado a complacência de um grupo nativo e os usava para conseguir mais marfim. Tudo se resumia ao marfim e ao lucro que era possível se obter.

Conrad nos deixa bem claro que a missão do imperialismo não era civilizadora, como os próprios agentes gostavam de pensar, mas unicamente uma missão por lucro. O movimento colonizador e imperialista em busca de lucro era tão forte e totalizador que estava no pensamento de toda a Europa. Podemos interpretar Kurtz como a personificação desse projeto quando Conrad nos diz que a Europa toda colabora na confecção de Kurtz. Para demonstrar a superioridade deste tipo de homem, nos é apresentado que ele também era poeta, escritor e músico. Em um de seus escritos, um relatório destinado à Sociedade Internacional para a Supressão dos Costumes Selvagens, Marlow afirma “[...] nós, os brancos, em face do desenvolvimento que alcançamos, devemos necessariamente surgir aos olhos deles (os selvagens) como seres sobrenaturais – aproximamo-nos com os poderes de uma divindade [...]” E para terminar o relatório: “Exterminar todos esses bárbaros!” (CONRAD, 1984, p. 70).

A narrativa de Conrad nos mostra que ações como a viagem de Marlow rio acima, a pilhagem e saques de Kurtz, só tem significado enquanto parte do projeto imperialista. Todas elas partilham do mesmo sentimento – europeus agindo como querem e executando ações de domínio e vontade imperial na África. Marlow nos deixa “[...] uma agudíssima impressão de que não há como escapar à força histórica soberana do imperialismo, e que ele tem o poder de um sistema que representa e fala em nome de tudo o que está dentro de seu campo de dominação [...]” (SAID, 2011, p. 63). Fazendo com que as representações sobre o imperialismo se fechem naquilo que o europeu achou importante destacar, pois a própria forma de narrativa não dá voz à visão dos nativos sobre os acontecimentos, isso porque o imperialismo enquanto voz narrativa monopoliza o sistema de representações, fazendo com que Conrad pudesse falar em nome de Marlow, dos europeus e dos africanos.

Contudo, ao fim da trama, quando Kurtz está em seu leito de morte, suas últimas palavras são: “O horror! O horror!” (CONRAD, 1984, p. 109). Só em seu derradeiro momento Marlow percebe o quanto suas ações foram devastadoras e que tudo o que ele havia feito não tinha sentido algum. Iludir, saquear e matar em nome de uma ideia não significavam nada além do horror. É no projeto de expansão europeia que reside o verdadeiro coração das trevas: essa é a mensagem do livro. Isso fica claro no último parágrafo, quando Marlow encerra sua história e avista o mar oculto por nuvens negras e observa que a “[...] senda aquática, que conduzia aos confins da terra, fluía escura sob um céu nublado, como se fluísse para o coração de uma imensurável treva [...]” (CONRAD, 1984, p. 120). É ali que reside a verdadeira escuridão, na sociedade industrial capitalista e no seu modo de vida baseado no lucro, na exploração das pessoas e das terras alheias, no seu movimento de expansão e em seus subseqüentes saques e genocídios, feitos em nome da ideia de mais lucro e poder. Quando a narrativa termina, eis que o coração das trevas reaparece na Inglaterra. As trevas que tudo invadem, se revelam iguais, seja em Londres ou na África.

Contudo, para construir essa narrativa anti-imperialista, Conrad também mostra a África como um lugar degradado, primitivo e corrompido. Em sua primeira descrição, os habitantes nativos são todos estereotipados. Conrad nos diz: “[...] eles gritavam, cantavam, seus corpos fumegavam de suor; tinham rostos grotescos como máscaras aqueles sujeitos, mas tinham ossos, músculos, uma vitalidade selvagem [...]” (CONRAD, 1984, p. 24). Conrad só conseguia ver o mundo através da ótica ocidental, portanto, “[...] o mundo colonial sempre esteve ontologicamente falando, perdido, irredimível, irrefutavelmente inferior [...]” (SAID, 2011, p. 65). Tudo o que ele conhecia, a ciência, a erudição e a história vinham do Ocidente, e ele não era capaz de imaginar uma alternativa ao imperialismo, dando sua presença como inevitável. Assim, nenhuma virtude era atribuída à África e aos nativos, pelo contrário, eles também faziam parte das trevas. Conrad não admitia a liberdade aos nativos, apesar de suas sérias críticas ao imperialismo que os escravizava.

Além disso, por toda a obra podemos encontrar diversas passagens que visam desqualificar e menosprezar a África e os africanos. Conrad usa de estereótipos bem definidos para mostrar as diferenças entre os europeus e os africanos. Os europeus são retratados como inteligentes, trabalhadores, escritores, compositores, poetas, pessoas que se vestem com elegância. Como exposto no seguinte trecho, quando Marlow se encontra com o contador-chefe da Companhia: “[...] senti respeito pelo colarinho, pelos vastos punhos, por seus cabelos bem penteados. [...] Em meio à total desmoralização daquele país, ele cuidava de sua aparência. Isso é caráter.” (CONRAD, 1984, p. 30).

Os negros por sua vez são representados como “selvagens”, “apáticos”, “ignorantes”, “empoeirados”, “misteriosos”. Tais denominações são comuns por toda a obra e servem como legitimação para a ação europeia no continente. Como um agente colonial, ele não via qualquer qualidade nos nativos africanos.

Até mesmo a forma de apresentar os rios no romance correspondem à dicotomia civilizado *versus* selvagem. Como nos mostra Chinua Achebe (1990), em seu ensaio “Uma imagem da África: racismo em coração das trevas de Conrad”, na primeira cena vemos Marlow num barco inglês, navegando sobre o rio Tâmis. O rio está calmo e silencioso, depois de bons serviços prestados a nação inglesa. Já o rio no Congo (o qual ele sequer se dá ao trabalho de nomear) aparece como uma força indomável, primitiva, que nunca havia se dobrado a ninguém. “Descer aquele rio era como voltar aos tempos mais primitivos do mundo [...]” (CONRAD, 1984, p. 45). Porém, o que mais assustava Marlow não eram as diferenças entre os dois mundos, mas sim a possibilidade de parentesco. O que o deixava assustado era a possibilidade de negros e brancos serem parte da mesma humanidade.

Era sobrenatural e os homens eram... Não, não eram inumanos. Bem, vocês sabem, isso era o que havia de pior... essa suspeita de não serem inumanos. [...] Eles uivavam, davam saltos, giravam o corpo e faziam horríveis caretas, mas o que nos excitava era a ideia de sua humanidade, semelhante à nossa, a sensação de um remoto parentesco com aquele selvagem e impetuoso tumulto. (CONRAD, 1984, p. 58).

Em sua visão, os africanos eram humanos, mas ainda selvagens, não civilizados: eram a representação do homem primevo. Tanto que Marlow se surpreende com o bom trabalho feito pelo negro encarregado pela caldeira. Era considerado um espécime melhorado, pois era capaz de manter acesa uma caldeira vertical. “[...] Observá-lo era tão edificante quanto assistir um cãozinho de culotes e chapéu com plumas caminhando sobre as patas traseiras.” (CONRAD, 1984, p. 59). É como se os africanos possuíssem algum tipo de intelecto não desenvolvido que só se manifestava quando estimulado por alguém mais inteligente. A humanidade do negro é questionada, fazendo com que a África como um todo seja desumanizada. Em síntese, a construção da imagem da África se faz como uma antítese à da Europa, e, portanto, da civilização.

A imagem idealizada dos negros, a partir da perspectiva de Conrad, baseou-se em leitura de material cuja temática diz respeito ao africanismo, assim como de suas experiências pessoais. Como disse Said (2011), suas impressões sobre a África são a expressão daquilo que se falava e escrevia sobre o continente africano, como podemos

ter uma pequena noção nas falas e discursos dos intelectuais imperialistas como Ruskin e Carlyle. Achebe (1990) confirma esse ponto de vista quando diz:

Conrad não inventou a imagem da África que encontramos em seu livro. Esta foi, e é, a imagem predominante de África na imaginação do Ocidente, e Conrad se limitou a utilizar os dons peculiares de sua própria mente para se aproximar dela. (ACHEBE, 1990, p. 22, tradução nossa).⁵

Achebe também nos mostra que, apesar do racismo evidente na obra, nenhuma leitura até a sua se prestou a evidenciar isso. Até a data da escrita do artigo de Achebe, *Coração das Trevas* era a literatura mais recomendada nos cursos de literatura inglesa nas universidades americanas. Aparentemente, pouquíssimas pessoas deram importância à questão do racismo, deixando claro que a discriminação e o eurocentrismo são hegemônicos nas culturas ocidentais.

Em resumo, Conrad não via virtude em nenhuma das duas civilizações. Mesmo uma civilização “avançada” e altamente tecnológica, como a Ocidental, não era melhor que uma sociedade “atrasada e primitiva” como a africana. Ambas revelam o horror do mundo, manifestando o que há de pior em cada um de nós. Interpretar um texto tão híbrido e impuro como *Coração das Trevas* se torna um exercício difícil, porque o texto é imperialista e anti-imperialista ao mesmo tempo. Conrad nos mostra o sujeito colonial branco como moralmente superior, ainda que isso não o torne melhor que os “primitivos e selvagens africanos”. Enfim, temos aqui uma mistura de vários pontos de vista que por si só são conflitantes, mas que aqui ganham uma dimensão real e viva. É nisso que reside a vitalidade do texto de Conrad, pois nos deixa claro que nada é puro nesse mundo, nem mesmo que existe uma linha de pensamento única que se fecha em si mesma. Somos frutos da mistura de muitos de elementos que aparentemente se conflitam, mas é nisso que reside nossa singularidade, na mistura ímpar de elementos contraditórios.

O Orientalismo no livro *Kim* de Rudyard Kipling

Rudyard Kipling é um autor anglo-indiano, nascido em 1865, na cidade de Bombaim, na antiga Índia Britânica. Viveu até os seis anos de idade na Índia, aprendeu hindustani e viveu como um nativo. Em 1871, ele e sua irmã foram enviados à Inglaterra para receber uma educação aos padrões ocidentais e só retornou a Índia em 1882, onde permaneceu por mais sete anos trabalhando como jornalista em Punjab, até que em 1889 voltou definitivamente à Inglaterra, onde permaneceu até morrer. Ganhou um nobel de

⁵ [No original] “Conrad did not originate the image of Africa which we find in his book. It was and is the dominant image of Africa in the Western imagination and Conrad merely brought the peculiar gifts of his own mind to bear on it” (ACHEBE, 1990, p. 22).

literatura em 1907 pelo conjunto de sua obra, que conta com *Os livros da selva*, *Capitão Coragem*, *A Luz que se extinguiu*, *Stalky e Cia* e *Kim*.

De forma resumida, o enredo de *Kim* se passa no meio de uma grande viagem onde Kim O'Hara e o lama Teshoo saem pela Índia à procura do Rio da Flecha, que segundo o lama é um rio que liberta as pessoas da Roda da Vida, lava e purifica os pecados. Segundo a lenda, teria surgido quando Buda lançou uma flecha de um arco invergável. Essa flecha voou além do horizonte e formou um córrego sagrado ao tocar o chão.

Kim é filho de um antigo sargento do exército indiano, cresceu como um nativo, viveu livre pelas ruas e bazares de Lahore, e, após se encontrar com o lama, se torna seu *chela* ou discípulo. Durante sua busca com o lama, encontra o antigo regimento de seu pai e é mandado pelos comandantes a uma escola inglesa na Índia, a São Xavier, que lhe proporcionaria uma verdadeira educação de *sahib* (forma de tratamento que os nativos usam ao se referirem a um inglês). Após três anos de estudo, Kim foi aprovado para o cargo de etnógrafo, é finalmente liberto de suas obrigações e volta a viajar pela Índia com o lama. Porém, enquanto peregrina, está em outra missão, dessa vez a serviço do império britânico. Kim precisa investigar dois agentes do serviço russo que planejam insuflar uma insurreição ao norte da Índia, com colaboração de um rajá das montanhas. Ao final da história, o lama encontra seu rio, purifica sua alma e transcende a existência conectando-se à Grande Alma através da meditação, mas volta à vida corpórea para conduzir seu amado *chela* ao caminho da iluminação, pois ele entende que sem Kim nunca teria encontrado seu rio. Kim, por sua vez, volta ao Grande Jogo, e ingressa no serviço colonial inglês por tempo integral.

Em tempos pré-TV ou internet, o acesso às ações do império, tão importante nacionalmente, dava via literatura. E é isso que recebemos da obra, porque o que vemos é uma Índia imperializada e subordinada aos interesses ingleses. Como diz um homem da escolta a Kim: “[...] só os demônios e os ingleses caminham por aí sem rumo [...]” (KIPLING, 2014, p. 66); sim, os ingleses andam por onde querem e fazem aquilo que bem entendem. Kipling, assim como Conrad, faz do império o tema central de sua obra. “Eles levaram para uma audiência doméstica, basicamente insular e provinciana, o colorido, o glamour e o romantismo do empreendimento ultramarino britânico [...]” (SAID, 2011, p. 218-219). A Índia é apresentada como um misto de muitos povos, etnias e castas, assim, diferentes concepções de mundo são apresentadas durante toda a obra. A escolha por personagens tão diferentes demonstra isso: Kim é um misto irlandês/indiano, o Lama Teshoo um budista do Tibete, Coronel Creighton um inglês racional, Mahbub Ali um muçulmano iraquiano da etnia dos patane, Babu é um bengali, assim como muitos outros

personagens apresentados, a obra tenta mostrar a diversidade de etnias e culturas pelas quais a Índia é formada. Essa nação multicultural, porém, nunca coloca em xeque as relações de poder entre esses grupos. O poder inglês é visto como hegemônico e inquestionável, como se o domínio fosse natural.

“[...] A Índia, no final do século XIX, havia se tornado a maior, mais durável e lucrativa dentre todas as possessões coloniais britânicas, e talvez até mesmo europeias.” (SAID, 2011, p. 219). Inúmeros políticos e intelectuais pensaram e escreveram sobre a Índia, como Burke, Mill e Macaulay. Kipling reformulou de forma imaginativa e criativa tudo aquilo que se falava internamente sobre a Índia com sua vivência pessoal. Sua escrita parte de um ponto de vista dominante que vê a imperialização da Índia como produto natural da história. Os escritores do império se questionavam sobre a natureza do habitante e quase sempre os engendravam numa concepção depreciativa, inferiorizada.

Cada um desses seres subalternos era classificado e situado num esquema geral dos povos cientificamente garantido por sábios e estudiosos, como George Cuvier, Charles Darwin e Robert Know. A divisão entre brancos e não brancos, na Índia e em outros lugares, era de caráter absoluto. [...] Kipling nunca questionaria essa diferença e o direito de domínio do europeu branco. (SAID, 2011, p. 222).

Kipling personifica os nativos como inertes, passivos e frequentemente como admiradores do Império Britânico. Temos como exemplo Babu, um etnógrafo bengali e ferrenho admirador de Spencer, que sonha se tornar parte da Real Sociedade Britânica entregando relatórios etnográficos sobre quem eram os povos viventes na Índia ao serviço secreto inglês. Seu trabalho, diz ele, é “[...] coletar relatos folclóricos para a Real Sociedade [...]” (KIPLING, 2014, p.149). Integrar tão honrado serviço

[...] era uma honraria que sabia poder ser obtida apenas por meio da engenhosidade e de amigos bem-relacionados, mas, até onde sabia, nada além do trabalho, os papéis que representavam uma vida de empenho, permitia a entrada de um homem no Serviço Topográfico que ele bombardeara por anos com relatórios sobre cultos estranhos e costumes asiáticos desconhecidos. (KIPLING, 2014, p. 144).

Quando Babu e Kim viajam para encontrar os dois agentes russos, o bengali com medo dos agentes diz – “[...] eles não são pessoas nativas, com as quais fazemos o que queremos. São russos, e muito inescrupulosos”. E – “É só que, veja bem, Sr. O’Hara, infelizmente sou asiático, o que é um grave problema em alguns aspectos. E, além de tudo, sou bengali, um homem medroso.” (KIPLING, 2014, p. 183). Babu é um nativo que aceitou a classificação racial dos britânicos. Ele realmente acredita que os indianos são

passivos e submissos. Além disso, se auto inferioriza, acreditando que é medroso por culpa de sua ascendência bengali. O vice-rei britânico, Lorde Lytton, disse em 1879 “[...] o Baboodom da Baixa Bengala, embora leal, felizmente é covarde e seu único revólver é o tinteiro que, embora sujo, não é perigoso.” (LYTTON, 1971, p. 140 *apud* SAID, 2011, p. 322). O consenso sobre quem é o indiano e o bengali nos mais diversos discursos ingleses, nos mostra uma condição de exterioridade de quem fala. Kipling não leva em consideração o bengali real, mas sim apenas sua representação, e o qualifica – tanto na literatura quanto no discurso político – como um medroso.

Quando Babu se integra ao grupo dos agentes russos e explica sua ascendência bengali após falar sobre botânica, etnografia e mitos locais, os agentes russos o caracterizam da seguinte forma: - “Ele é a representação da pequena Índia em transição, do hibridismo monstruoso entre Oriente e Ocidente — respondeu o russo. — Se alguém pode lidar com esses orientais, somos nós!” (KIPLING, 2014, p. 196).

A criação de uma ontologia indiana ou asiática é fundamental para a própria criação de uma ontologia britânica, pois a composição do tipo ideal inglês se faz contraposição e negação do outro. Britânicos agem de um jeito, asiáticos de outro, portanto, somos britânicos porque não somos asiáticos. O livro trabalha na construção de uma essência oriental que coloca o nativo como alguém dotado de uma temporalidade diferente “[...] mesmo um oriental, com seus conceitos orientais acerca do valor do tempo [...]” (KIPLING, 2014, p. 20). “Todas as 24 horas do dia eram parecidas para os orientais, e o tráfego de passageiros era ditado por essa visão. (KIPLING, 2014, p. 24), - “[...] minutos vagarosos e incontáveis do Oriente transcorreram [...]” (KIPLING, 2014, p. 155); mentirosos - “[...] sabia mentir como um oriental [...]” (KIPLING, 2014, p. 21) - “[...] os asiáticos nem piscam quando enganam um inimigo [...]” (KIPLING, 2014, p. 22); pessoas primitivas e não modernas; moradores de um lugar ainda não civilizado - “[...] A Índia é uma terra selvagem para os tementes a Deus [...]” (KIPLING, 2014, p. 81). “[...] Deve ser difícil, muito difícil, para um animal selvagem [...]” (KIPLING, 2014, p. 87), “[...] Kim adentrou a alegre desordem asiática.” (KIPLING, 2014, p. 55), “[...] a mente oriental é incompreensível.” (KIPLING, 2014, p. 74) “Estavam acostumados a percorrer, sozinhos, 160 quilômetros de selva, onde sempre havia a maravilhosa chance de se atrasarem por causa dos tigres.” (KIPLING, 2014, p. 103), “Nem uma vida inteira como nativo apaga o horror do homem branco diante das serpentes.” (KIPLING, 2014, p. 38); seres indiferentes – “[...] o menino possuía a indiferença oriental a ruídos, e o som nem mesmo reverberou em seu sono profundo e sem sonhos.” (KIPLING, 2014, p. 116).

Todas essas composições ontológicas são expostas durante a obra como pertencentes a uma raça inferior, e que, portanto, Kim, como um meio indiano meio

inglês, deveria extirpar de seu caráter o lado asiático, naturalmente corrompido, e se tornar por completo um sahib inglês. Trechos como “[...] bem, não diga uma palavra, direta ou indiretamente, sobre o lado asiático do menino [...] mais tarde hei de expulsá-las do garoto.” (KIPLING, 2014, p. 95). “Eles farão de você um homem na São Xavier, O’Hara. Um homem branco e, espero, um bom homem” (KIPLING, 2014, p. 98), mostram que só uma educação branca e ocidental pode livrá-lo de seu lado inferior. Isso porque a mistura de duas raças diferentes pode resultar em híbridos que são expressão do que há de pior nas suas raças. Não se ocidentalizar significa falar, se expressar e ser apenas como “anglo-índios conseguem, sobre favoritismo e corrupção (KIPLING, 2014, p. 145).” O sangue asiático é corrompido, mentiroso e fraco, enquanto o sangue branco é forte e visto como mantenedor da sanidade. Quando Kim passa por uma sessão mítica que tinha como objetivo protegê-lo pela estrada, Mahbub Ali e a sacerdotisa Huneefa usam remédios para deixar Kim desacordado. Ele, porém, consegue resistir até desmaiar. Mahbub Ali diz “Por Alá, como ele lutou! Nunca conseguiríamos sem remédios. Acho que foi seu sangue branco” (KIPLING, 2014, p. 148).

É claro que Kipling não é o criador desse discurso. A cultura europeia oitocentista havia criado um consenso sobre a inferioridade das raças não brancas, a necessidade de serem governadas por uma raça superior e sua essência absoluta e imutável. Grande parte desse arsenal representativo foi construído durante o século XIX e XX por “[...] anúncios de cigarros, cartões postais, partituras de canções, almanaques e manuais e até programas de music-hall, soldadinhos de brinquedo, concertos de bandas e jogos de tabuleiro [...]” (SAID, 2011, p. 244), como nos informa Said, através da leitura do livro *Propaganda and empire* de John MacKenzie. Todos esses veículos de informação construíam a narrativa de que os povos africanos ou asiáticos eram inferiores e de que havia um dever moral e econômico na dominação desses povos. Toda essa forma discursiva era evidente nas obras políticas e discursos dos administradores coloniais britânicos. Lorde Cromer, um dos governantes mais temíveis na Índia, diz:

o clima e a geografia determinavam certos traços de caráter do indiano; [...] os orientais não conseguiram aprender a andar nas calçadas, não sabiam dizer a verdade, não eram capazes de usar a lógica; o nativo da Malásia era essencialmente preguiçoso, assim como o europeu setentrional era essencialmente ativo e cheio de iniciativa. (CROMER, 1986, p. 72 *apud* SAID, 2011, p. 247).

É também possível ver a modernização da Índia no sentido industrial com suas grandes cidades, fábricas e o trem. Somos apresentados a ingleses que abrem poços “o poço do sahib Mackerson era novidade em Peshawar” (KIPLING, 2014, p. 121), com

construções de grandes empreendimentos que mostram as “mil chaminés das fábricas de algodão que rodeiam Bombaim” (KIPLING, 2014, p. 136) O trem tão admirado! Todos os personagens que se referem ao trem o fazem de forma positiva e o consideram um grande avanço para a mobilidade dos indianos. Um nativo morador de uma aldeia diz a Kim quando estes viajam juntos - “[...] o governo nos cobra muitos impostos injustos, mas nos deu uma coisa boa: o te-rém, que reúne os amigos e une os ansiosos. É uma coisa maravilhosa.” (KIPLING, 2014, p. 163). Contudo, as ferrovias indianas eram construídas pelos ingleses e garantiam um controle maior do que nunca no país.

A modernização da Índia também passa pela criação de uma nova elite que se instala no governo e cria formas de perpetuar sua posição com a implementação de escolas inglesas em território britânico. Um exemplo é a escola de São Xavier, onde Kim vai estudar. Lá Kim encontra os filhos da elite colonial inglesa estudando para exercerem seu papel como chefes. Um professor da escola diz em aula que os alunos “[...] eram sahibs e que algum dia, passados os exames, liderariam os nativos.” (KIPLING, 2014, p. 104). Lá

Havia filhos de funcionários subalternos da ferrovia, dos telégrafos e dos canais; de oficiais de justiça, às vezes aposentados e às vezes atuando como comandantes em chefe de algum exército feudal do rajá; de capitães da Marinha da Índia; de aposentados, agricultores, comerciantes do distrito e missionários. (KIPLING, 2014, p. 102).

É possível ver também muitos nativos que trabalham com o serviço secreto britânico, como Mahbub Ali, Babu, e o próprio Kim. Cada um deles recebia um nome codificado e faziam diferentes serviços. Como Mahbub Ali era um comerciante de cavalos que viajava por toda a Índia, dava informações sobre principados indianos que tramavam contra o Império. Suas falas mexiam com interesses de muitas pessoas, e por isso precisava passá-las da forma mais impessoal possível e estar sempre alerta a possíveis ataques. Um de seus relatórios, enviados ao serviço secreto por Kim, “[...] traía, de modo escandaloso, os cinco reis confederados, a Benevolente Potência do Norte, um banqueiro hindu em Peshawar, uma fábrica de armas na Bélgica e um importante soberano muçulmano semi-independente do sul.” (KIPLING, 2014, p. 20). Mesmo Kim se entrega ao fetiche de colaborar com o serviço secreto e nutre o sentimento de ser um investigador como Mahbub Ali. Ele “[...] investigaria metade da Índia, seguiria reis e ministros, como seguira por Lahore, nos velhos tempos, advogados e olheiros de clientes para advogados, a serviço de Mahbub Ali.” (KIPLING, 2014, p. 134).

A composição de um retrato da Índia Britânica como um local quase sem conflitos entre ingleses e nativos vem da própria maneira de Kipling ver a situação: ele não via

conflito nenhum. Para Kipling, o melhor destino da Índia era ser governada pela Inglaterra. O autor desnuda um contraste irremediável entre ocidente e oriente, e essa distinção é tão clara que os próprios nativos entendem sua condição subalterna e de subserviência a um povo e civilização “melhores” que eles. O oriente, com seu “misticismo” e “sensualidade”, seus extremos de “santidade” e “patifaria”, e os ingleses, com sua “organização superior”, sua confiança nos métodos modernos, seu instinto em varrer os mitos e crenças nativas, compõem uma organização coesa em suas diferenças substanciais, onde um tem o direito de dominar e o outro o direito de ser dominado.

Podemos ver a sistematização desse pensamento na passagem em que Kim e o Lama encontram um ex-soldado que tinha servido ao Governo nos tempos da Revolta. A revolta ao qual o soldado se refere foi um dos episódios mais sangrentos da história anglo-indiana, que ficou conhecida como a Grande Revolta de 1857. Ela significou uma resposta dos indianos aos mandos e desmandos da Companhia das Índias Orientais e ao domínio de uma potência branca e cristã num território diversamente ocupado. Mesmo com a tomada de Delhi, os britânicos esmagaram de forma brutal o levante e a Companhia das Índias Orientais foi substituída pelo Governo da Índia.

Esse episódio unificou os povos do subcontinente indiano, mas mostrou o poderio britânico frente às revoltas, assim como legitimou a posição britânica que inferiorizava os povos indianos, pois com o levante, os povos revoltosos encarnaram o papel de selvagens que lhes havia sido atribuído. Apenas uma minoria de nativos não se sentia solidarizado pela luta de seus conterrâneos, ainda assim a visão do ex-soldado está totalmente carregada do ponto de vista inglês dos fatos. Ele diz: “[...] uma loucura corroeu todo o Exército, e eles se viraram contra seus oficiais [...] decidiram matar as mulheres e os filhos do sahib. Então vieram os sahibs do outro lado do mar e os chamaram para um rigoroso acerto de contas [...]” (KIPLING, 2014, p. 45). Um levante nacional é chamado de loucura e a ação cristalizada para ser transmitida foi a do assassinato das mulheres e crianças inglesas. Isso dá uma clara visão de que sim, os ingleses tinham um direito moral de se vingarem dos indianos, em um rigoroso acerto de contas. O nativo é retratado como um delinquente, e o branco, um tutor e juiz severo, mas moral. Kipling nunca coloca a fala nativa dos acontecimentos, porque não deseja mostrar-nos um local em conflito. Ele nos oferece apenas uma visão e elimina qualquer tipo de voz nativa que poderia nos proporcionar uma visão mais abrangente do que realmente acontecia na Índia.

Foi criada uma Índia imaginária que não continha nenhum elemento de transformação social ou ameaça política. A orientalização foi o resultado desse trabalho de conceber a sociedade indiana esvaziada de elementos contrários à perpetuação do

domínio britânico. O problema dessa visão estritamente europeia dos fatos, é que ela não leva em consideração que a Índia existia antes da chegada dos europeus, e que a dominação efetiva desses povos levou a uma resistência armada e violenta, que mais tarde resultou na independência da Índia.

Considerações finais

Os grandes impérios europeus e ocidentais conseguiram durante muito tempo manter sua hegemonia dentro dos territórios coloniais através de práticas de dominação simbólica e material. O Império Britânico, devido a sua magnitude assombrosa, tornou-se o maior império da história do mundo em dimensão territorial, e até hoje mantém uma parte significativa, porém, bem menos lucrativa de suas colônias. É importante salientar que a Inglaterra só se tornou um país rico e de primeiro mundo por conta de sua expansão imperial e pela exploração de suas colônias. Ou seja, grande parte do dinheiro que sustentou o país durante séculos é fruto da exploração de outros povos.

A construção do preconceito e a manutenção do racismo foram essenciais para que o Império Britânico se mantivesse como um *global-player*. Não é à toa que, com a grande onda de libertação nacional no pós-guerra, a Inglaterra tenha perdido seu posto de maior potência econômica. A noção de raça deu suporte necessário para os ingleses se colocarem como hierarquicamente superiores, dotados de racionalidade e civilidade. Esse pensamento foi ensinado a todos os povos que a Inglaterra dominou, e faz parte hoje do senso comum da grande maioria dos povos que foram colonizados por europeus, mesmo que cientificamente o paradigma racial tenha sido derrubado há quase um século.

O imperialismo e o colonialismo foram brutais e sujeitaram gerações de povos aos mandos e desmandos de burocratas europeus que enriqueciam muito com o processo. Porém, nada é eterno e sempre houve resistência dentro das colônias. Depois de muita luta interna, tanto simbólica quanto armada, de pressões internacionais, e depois dos altos gastos da segunda guerra, a Inglaterra teve de abdicar de muitos territórios coloniais e concedeu liberdade a suas colônias. Nem sempre as libertações nacionais foram bem-sucedidas e alguns acabaram em regimes tão despóticos quanto o domínio britânico. Porém, foi o primeiro passo para a construção de uma nova ordem social menos hierárquica e brutal.

Referências

ACHEBE, Chinua. *Hopes and impediments: selected essays*. New York: Anchor Books Edition, 1990.

- ARENDDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CARLYLE, Thomas. Occasional Discourse on the Negro Question. *Fraser's Magazine for Town and Country*, New Orleans, vol. 2, n. 4, p. 527-538, 1849.
- CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. São Paulo: Editora Global, 1984.
- FERGUSON, Niall. *Império: como os britânicos fizeram o mundo moderno*. Tradução Marcelo Musa Cavallari. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.
- FONSECA, Guilherme da. *A África do Sul e o Sistema-Mundo: da guerra dos Boeres à Globalização*. Lisboa: Gerpress, 2011.
- KIPLING, Rudyard. *Kim*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- LENIN, Vladimir. *Imperialismo, face superior do capitalismo*. São Paulo: UNICAMP, 2011.
- RUSKIN, John. *Inaugural Lecture (1870), in The Words of John Ruskin*. Londres: E.T Cook, 1905.
- MILL, John Stuart. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v. 3.
- MILL, John Stuart. *The Subjection of Women*. In: ROBSON, John (Ed.), *Collected Works*, v.21. Toronto: Toronto University Press, 1984.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- SAID, Edward W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SCHUMPETER, Joseph. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1961.
- VISWANATHAN, Gauri. *The Masks of Conquest: Literary study and British rule in Índia*. Nova York: Columbia University, 1989.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974. v. 1.